

Menino agredido em sala de aula

RENATO ARAÚJO

Luís Augusto Gomes

A agressão a uma criança de apenas cinco anos, dentro de uma sala de aula, na Escola Classe nº 56, na Expansão do Setor O, em Ceilândia, comoveu pais alunos, educadores e a comunidade local. Uma professora da educação básica teria segurado os braços do menino para trás, para que ele fosse agredido por oito colegas, com tapas no rosto.

O caso chamou atenção pela idade da criança e por ter sido protagonizado por uma docente, que deveria zelar pela educação e pelos bons costumes, principalmente dentro sala de aula. A professora lecionava na escola desde o dia 11 de fevereiro último. Ela tem contrato temporário com a Secretaria de Educação.

A denúncia foi feita, ontem, pela mãe da criança, a assistente-técnica do Ministério dos Esportes, Rejane Vieiras Urani, 36 anos. A servidora procurou a direção da escola pela manhã, exigiu o afastamento da professora e registrou ocorrência na 24ª DP (Setor O).

Segundo a denúncia, a agressão ocorreu terça-feira última. A professora, cujo nome é mantido em sigilo, teria mandados os estudantes fazerem uma roda, colocou João (nome fictício) no centro, segurou-o com as mãos para trás e mandou os colegas baterem no rosto da criança.

■ Castigo?

O motivo da agressão seria um castigo. João teria batido em um colega de classe, no dia anterior. Rejane só soube do espancamento porque três colegas de sala do garoto, dois meninos e uma menina, contaram tudo para os pais. In-

dignada com a atitude da educadora, a mãe de uma das crianças, vizinha de João, chamou a irmã dele, uma adolescente de 17 anos, e revelou o caso. A jovem contou para a mãe.

De acordo com Rejane, ainda esta semana, a babá foi buscar João no colégio e o garoto disse que não iria mais voltar para a escola. Questionado pela empregada, não revelou o motivo. Mas, depois que a mãe descobriu, o garoto contou os detalhes da violência. Fazendo gestos, contou o que a "tia" tinha feito.

A mãe procurou a escola. Os três pais confirmaram o relato dos filhos. A diretora do colégio, Luíza Amélia, comunicou o caso à diretora da Regional de Ensino de Ceilândia, Ana de Fátima Dias Henriques. Um relatório foi enviado à regional. Segundo Ana, a professora confessou ter tomado a decisão como castigo disciplinar. "A professora participou de um processo seletivo feito pelo Cespe/UnB, para o contrato temporário, e não havia nenhuma reclamação contra ela, até então", disse.

Ana acrescentou que o contrato foi suspeito, a professora está afastada e a Secretaria de Educação instaurou processo de sindicância para apurar o caso. O resultado deve ser concluído em até 90 dias. A diretora disse, ainda, que o relatório da escola foi encaminhado à Comissão de Sindicância. As crianças e os pais vão ser ouvidos e João será acompanhado pela Equipe de Apoio e Aprendizagem, com atendimento especializado.

■ Conselho Tutelar

O caso também terá acompanhamento do Conselho Tutelar. Se ficar comprovada a agressão, a professora terá o contrato rescindido e não poderá ter novo vínculo com a



■ REJANE DENUNCIOU O CASO À POLÍCIA E NA ESCOLA: "FIZ O QUE TINHA DE FAZER COMO MÃE"

Secretaria de Educação. Questionada por colegas, a professora negou que tenha segurado os braços da criança e ordenado a agressão. No entanto, a mãe de João afirma que ela chorou e pediu desculpas. "Fiz o que tinha de fazer como mãe, porque este fato pode trazer um trauma irreparável ao meu filho", disse Rejane.

O delegado Vivaldo Neves,

chefe da 24ª DP e responsável pelo caso, afirmou que a criança não tinha lesão. Por isso, não foi encaminhada ao Instituto Médico-Legal (IML) para exame. A polícia vai ouvir a professora, pais e testemunhas. A acusada está internada. O delegado quer saber se realmente houve agressão e instaurou inquérito para apurar o caso. Se a denúncia ficar comprovada, a professora

poderá responder por maus tratos e ser condenada a uma pena de dez anos de reclusão.

A Secretaria de Educação distribuiu nota oficial lamentando o caso. O texto reafirma as punições administrativas previstas. "A professora responsável pelo incidente é temporária e já foi substituída por uma coordenadora da própria escola", diz a nota.